

ACTA Nº 16

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA

REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2000

De acordo com a lei 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 1 ("1 - De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."), aos catorze dias do mês de Abril de dois mil, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: APROVAÇÃO DA ACTA NÚMERO QUINZE

PONTO DOIS: LEITURA DO EXPEDIENTE

PONTO TRÊS: ACTIVIDADES DA CÂMARA

PONTO QUATRO: CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 1999

PONTO CINCO: DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DA CHEFIA DE DIVISÃO

PONTO SEIS: NOVO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e a secretária realizou a chamada, verificando-se a presença dos deputados Ângelo João Guarda V. de Sá, Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Maria João Barroso Lopes, Carlos Manuel de Almeida Cabral, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Luís Canhoto Andrade, Joaquim Manuel da Silva Avó, Ivone Conceição B. Espiguinha, Maria Laura Crespo Alpalhão, António José Moura Proença, Joaquim António Lopes Rézio, Celestino António Zorro, Artur João Rebola Pombeiro, Vicente Manuel Ameixa Ermitão. Registaram-se as ausências dos deputados, Joaquim Manuel Cardoso, Norberto João Figueiras Alpalhão, José Inácio Cardoso Ramalho e António José Barroso Paixão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs que nesta Assembleia e a título experimental sendo no entanto de acordo com o que a Lei estipula, se colocasse no período antes da ordem do dia o ponto número um e dois da ordem de trabalhos. Não havendo inconvenientes por parte dos membros, passou-se de imediato à aprovação da Acta número quinze.

PONTO UM: APROVAÇÃO DA ACTA NÚMERO QUINZE.

O Deputado Moura Lopes disse que na leitura do expediente e mais propriamente na carta enviada pelo Sr. Eng^o. Ricardo este terá pedido a suspensão de mandato e desta forma não foi legal o processo adoptado para o preenchimento do lugar, como tal a bancada da CDU teria de votar contra.

O Deputado Joaquim Manguinhas referiu-se também a este assunto, no entanto frisou que isto nada tem a ver com a Dr^a Maria João Barroso Lopes, que é alheia a esta gralha. Aproveitou para saudar a nova deputada e dar-lhe as boas vindas pois tem a certeza que se irá empenhar com a sua força de jovem e filha de família Borbense, terminando por dizer que em nome da bancada da CDU é com grato prazer que ali a vêem.

O Presidente da Assembleia disse ser provavelmente um lapso na acta pois o que o Eng^o Ricardo solicitou foi a renúncia ao mandato, tal como se poderia confirmar na carta enviada.

O Deputado Moura Lopes voltou ao assunto da forma de elaboração das actas (resumidas ou não), pois dentro do resumo, a transcrição ficou distorcida em algumas intervenções. Pensa que de futuro deverá haver mais cuidado na elaboração das mesmas.

O Sr. Presidente da Assembleia, depois de rectificado o lapso, pôs a acta número quinze à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com treze votos a favor e duas abstenções.

PONTO DOIS: LEITURA DO EXPEDIENTE

A primeira secretária da Assembleia Municipal apresentou uma relação do expediente:

Da Associação Nacional de Municípios - Ofício 0474 - Revisão da Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;--- Circular nº 22/2000 - Juntando Boletim da ANMP;--- Ofício nº 526 - "Direito à informação, acesso à informação por membros dos Órgãos Autárquicos;--- Ofício nº 27/2000 - Juntando lista de hotéis para o XII Congresso da ANMP;--- Circular nº 28/2000 - I Exposição de Municípios de Montanha;--- Ofício nº 30/2000 - Seminário Internacional sobre políticas de Montanha;--- Circular nº 36/2000 - Pareceres do Comité das Regiões da União Europeia;--- Circular nº 43/2000 - Seminário Nacional sobre "Políticas desportivas locais, regionais e nacional".

Das Assembleias Municipais de Esposende, Santa Comba Dão, Torre de Moncorvo, Vouzela, Aljustrel, Viana do Castelo, Alvito, Machico, Monforte, Viseu, Armares, Funchal, Montemor o Velho, Vila Pouca de Aguiar e Vila Nova de Famalicão Juntando Moções sobre a Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais.

Ofício nº 12/2000 da Assembleia Distrital de Évora convocando para a reunião ordinária.

Circular Março/2000 do CEFA - Seminário sobre igualdade de oportunidades e políticas autárquicas.

Ofício nº 898 da Câmara Municipal de Borba juntando folhetos informativos sobre actividades culturais.

Ofício nº 16 da Assembleia Municipal de Almodovar juntando moção sobre o I Encontro Nacional de Presidentes de Assembleias Municipais.

Ofício nº 16 e 21 da Assembleia Distrital de Évora juntando cópias das actas números um e dois.

Ofício nº 1042 da Câmara Municipal de Borba sobre as Comemorações do 25 de Abril.

Ofício nº 1051 da Câmara Municipal de Borba informando dos assuntos para deliberação.

Por fim procedeu à leitura do ofício enviado pela Junta de Freguesia de Orada alertando para o estado de degradação em que se encontra o edifício da antiga Casa do Povo.

De seguida continuou-se ainda no período antes da ordem do dia tendo-se verificado as seguintes intervenções:

O deputado Carlos Cabral perguntou se existia algum orçamento ou previsão de orçamento para o arranjo daquele edifício, acrescentou ainda que se há um apelo à Assembleia Municipal para a resolução do problema, deveria este assunto ser aprofundado.

O deputado Vicente Ermitão prestou esclarecimentos e enumerou as várias entidades a quem tinham enviado ofícios iguais ao ali presente. Informou que o orçamento que possuem foi o que serviu de base à candidatura apresentada e que rondava os trinta e dois mil contos.

O Presidente da Assembleia propôs que este assunto fosse discutido no ponto referente às actividades da Câmara.

O deputado Joaquim Rézio disse que este assunto já tinha sido ali abordado noutras Assembleias e que o Sr. Presidente da Câmara nunca se pronunciara muito claramente e que teria agora oportunidade de o fazer, pois trata-se de um edifício de utilidade pública e como tal terá que se pensar qual a ajuda que a Câmara poderá dar, pois outros investimentos têm sido feitos talvez com menos prioridade.

O deputado Moura Lopes disse que este assunto deveria ser discutido neste ponto e não nas Actividades da Câmara. Assim adiantou que as Juntas de Freguesia têm as suas atribuições e competências e que a solidariedade entre Junta de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara têm que estar sempre presentes. Sabe-se, continuou, que a referida Junta dirigiu-se aos Órgãos Oficiais entre os quais vários Ministérios, em virtude de no edifício em causa estarem lá a funcionar para além do Centro de Saúde, actividades culturais. Por este motivo pensa que seria extemporâneo tratar este assunto sem que houvesse resposta das entidades para onde foram feitos os pedidos para se voltar a este assunto na próxima Assembleia Municipal.

O deputado Joaquim Rézio disse que estes problemas não devem ser adiados para bem das populações e que os problemas têm de ser encarados quando surgem.

Dada a palavra ao deputado Carlos Cabral disse que se existe um problema numa freguesia do Concelho de Borba, num espaço público e que faz falta à população, tem que ser resolvido e tentar ver como é que a Autarquia pode dar solução ao problema. Disse que tem de se reflectir em conjunto e arranjar uma solução pois não é só uma competência da Câmara e da Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que o assunto em questão já é antigo e a Câmara já tinha feito o levantamento e o estudo do edifício para a sua recuperação, no entanto, o orçamento é bastante elevado. Acrescentou que o problema não é só na Casa do Povo de Orada mas também em Rio de Moinhos, a Câmara vai dando os apoios possíveis no que diz respeito a estudos e projectos. No entanto, a Câmara não pode fazer as obras e as Juntas também não têm meios para as fazer. Pensa que a sensibilização da Junta de Freguesia se deve ao estado da degradação do edifício ser grande. Todavia a Junta de Freguesia deveria pedir novos orçamentos para apresentação de outras candidaturas.

A Vereadora Filipa Almeida disse tratar-se de um edifício importante para aquela freguesia dado tratar-se de um espaço polivalente. Referiu que para uma solução ideal o orçamento só para os telhados ronda cerca de vinte e três mil contos. Acrescentou que a Câmara já trouxe uma empresa especializada em restauros e que vai pedir um estudo à empresa que ganhou o concurso do Palacete dos Melos para analisar, para além da Câmara continuar a procurar financiamentos junto dos novos programas de apoio.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este assunto pedindo que entre todos fosse dada a mão ao Presidente da Junta de Freguesia de Orada para uma tentativa de resolução do problema.

De seguida o deputado Sr. Artur Pombeiro falou sobre a crise da Associativismo que o país vive. Lembrou o assunto do Sport Clube Borbense, que há cerca de seis anos, está em tribunal e toda a Direcção está envolvida no julgamento. Apresentou de seguida uma Moção que fica anexa ao final desta acta.

O deputado Joaquim Rézio sobre este assunto disse que deve haver alguns cuidados com estas situações, pois há coisas que por vezes não correm bem, no entanto acrescentou não sabe se foi o caso pois desconhece bem a realidade.

O Presidente da Assembleia Municipal pôs então a Moção apresentada a votação tendo a mesma sido aprovada por nove votos a favor e quatro abstenções.

Pediu a palavra o deputado Moura Lopes que apresentou em nome da CDU uma Moção sobre o III Quadro Comunitário de Apoio e o PIDDAC 2000 para o Concelho de Borba, que fica anexa ao final desta acta.

O deputado Carlos Cabral disse tratar-se de uma Moção tradicional e confusa, no entanto as verbas inscritas em PIDDAC são apenas para manter a inscrição e não para fazer as obras. Continuou dizendo que a forma como a Moção fala do QCA, trata-se de uma prática corrente mas que prepara mal o futuro. Os fundos comunitários não são uma herança, mas sim uma obrigação que tem a ver com contrapartidas muito fortes até do Estado Português, para os Orçamentos Comunitários. Face à última parte da Moção disse estar de acordo com ela pois é uma Moção tradicional que estamos habituados nos princípios de cada ano.

Retorquiu o deputado Moura Lopes que disse ser bom o Eng^a Carlos Cabral concordar sobre alguns pontos da moção e que o tradicional da Moção se mantém porque as coisas não se resolvem. O que a CDU pretende é que se criem as condições no Alentejo para que a população se fixe.

O deputado Joaquim Rézio disse que de facto a Câmara não conseguiu fixar aqui os jovens industriais no concelho.

O Presidente da Assembleia, por não haver mais inscrições, pôs a Moção à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com sete votos a favor e oito abstenções.

O Deputado Sr. Avó apresentou uma Moção sobre o Primeiro de Maio, que fica anexa ao final desta acta.

O Presidente da Assembleia, por não haver inscrições para a discussão da mesma, colocou-a à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com sete votos a favor e sete abstenções.

Dada a palavra ao deputado Andrade, apresentou uma Moção sobre o Vinte e Cinco de Abril, que fica anexa ao final desta acta.

O Deputado Joaquim Rézio disse ser sua intenção votar favoravelmente aquele documento, no entanto não significa que se deve esquecer o pós 25 de Abril. Congratulou-se e disse estar satisfeito pela liberdade e pelas comemorações daquela data.

O deputado Moura Lopes lembrou que efectivamente se na altura tivesse vencido a corrente do Spínola não se estava ali a falar tão livremente.

Ao que o deputado Joaquim Rézio retorquiu que no verão de setenta e cinco todos vivemos a carga do comunismo em cima de nós, que felizmente falhou.

O Presidente da Assembleia Municipal pôs então à votação a referida Moção tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PONTO TRÊS: ACTIVIDADES DA CÂMARA

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara disse já estar a concurso o projecto de execução do aterro sanitário e estações de transferência um dos quais, acrescentou, ficará no nosso concelho para recolha dos lixos dos concelhos de Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Redondo e Estremoz.

Quanto ao PROZOM continua sem definição clara daquilo que vai trazer para o concelho de Borba e Zona dos Mármore. Esclareceu ainda sobre o PIDDAC e a variante. Referiu que o III Quadro Comunitário de Apoio tem colocado a Câmara em alguma situação complicada em termos de responsabilidades do Município para cumprir.

Disse que pela primeira vez a Câmara tinha entregue um documento sobre a situação financeira da Câmara no primeiro trimestre, e que aquela execução a manter-se ficaria com cinquenta por cento dos objectivos cumpridos para este ano. Colocou-se então à disposição para questões que lhe fossem colocadas.

O deputado Joaquim Rézio questionou o Sr. Presidente acerca da notícia que veio no jornal Expresso sobre o aterro sanitário em Évora.

Sobre os resíduos das zonas dos mármore, perguntou se existe alguma viabilidade dos mesmos serem transportados via comboio para o porto de Sines para posterior aproveitamento e em caso afirmativo para quando é possível?

A Primeira Secretária perguntou para quando a entrega das casas do realojamento Municipal. Para quando a mudança da circulação das carreiras na Praça, bem como a reparação da rede de água e electrificação na Aldeia da Nora.

Dada a palavra ao deputado Artur Pombeiro disse que a Câmara tem vindo a ser sensibilizada para a aquisição do terreno junto à Igreja da Senhora das Dores. Disse ser uma situação que tem que ter solução rápida pois trata-se de um espaço no coração da vila que se tornou numa lixeira e as placas de cobertura estão constantemente caídas.

Lembrou mais uma vez da necessidade de reforço de iluminação e da reparação dos postes caídos no Largo das Servas, bem como da falta de iluminação na Rua de Três, havendo já pessoas com receio de

passar naquela zona..

A estas questões o Sr. Presidente da Câmara disse quanto ao aterro sanitário estar já aberto concurso público internacional. Todos os pareceres e processos de expropriações já se encontram concluídos, não havendo dúvidas processuais, havendo sim a questão de um vereador da Câmara de Évora que sendo em simultâneo Presidente da CCRA, levantou a questão ao referido jornal. Acrescentou haver também incompreensões por parte da Junta de Freguesia onde o aterro vai ser construído.

Disse que a Associação de Municípios está tranquila com o andamento do processo e sabe-se da parte do Governo que pode ser incluído numa candidatura especial e num financiamento especial sem ser o PORA.

O Presidente da Assembleia informou ter sido formado um grupo de trabalho na Assembleia Distrital da qual faz parte, bem como os Presidentes das Câmaras de Évora, Estremoz e Montemor, no sentido de solucionar estes problemas.

Continuou o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que há projectos de avaliação e estudos quanto aos resíduos dos mármorees serem transportados para Sines, que podem vir a ser utilizados em várias actividades, incluindo as cerâmicas . O PROZOM vai ter discussão pública e como tal deveria este processo avançar.

A Vereadora Filipa Almeida em relação ao realojamento municipal disse estar atrasado, no entanto disse ter tido uma reunião com o INH que é a entidade que analisa todo o processo das famílias, estando a Câmara a aguardar uma resposta, pois há já processos concluídos e outros que estão a atrasar o realojamento. Quanto à entrega no dia 25 de Abril é um esforço que a Câmara Municipal está a fazer mas tudo depende do INH.

Dada a palavra ao Vereador Serra e em relação ao tráfego rodoviário disse que a Comissão de Trânsito é unanime em que a situação das carreiras não pode continuar, no entanto está a ser tratado o assunto do depósito das bagagens e encomendas. Quando esta situação estiver resolvida então os autocarros poderão sair da Praça.

Remodelação da rede de águas ou limpeza da rede na Zona da Nora, disse estar em estudo e a empresa que o está a fazer está a ficar apreensiva com a situação da conduta, pois pode vir a ser necessária a remodelação total da rede.

Electrificação do loteamento da Nora falta apenas a intervenção da SLE pois da parte da Câmara todos os trabalhos estão já executados.

Terreno frente à Igreja de Nossa das Dores disse tratar-se de um terreno particular que a Câmara está interessada em adquirir, pois há projectos e estudos para melhoramento daquela zona da vila.

Em relação ao Largo das Servas foi adjudicada toda a remodelação da zona verde, candeeiros e sistema de rega.

Rua de Três, Avenida da Estação e outros pontos da vila a Câmara está a pressionar a SLE para os aumentos dos postes de luz.

O deputado Artur Pombeiro lembrou que o problema da Rua de Três é uma situação de emergência, pois não é um local mal iluminado mas sim um local sem iluminação nenhuma.

Quanto às carreiras de transporte pensa que têm que ser criadas as condições e só depois a mudança.

A Primeira Secretária sobre o realojamento pensa que a entrega poderia ser feita por fases pois está a atrasar a obra do Palacete dos Melos por lá se encontrarem pessoas a viver que vão beneficiar do realojamento.

Dada a palavra ao deputado Joaquim Rézio lembrou que a situação do trânsito em Borba é complicada mas as medidas que o Vereador Serra apontou e que foram tomadas não resultaram efeito positivo, pois algumas mudanças feitas, quanto a ele não foram as melhores dando o exemplo do estacionamento da Rua Marquês de Marialva. Disse que há que tomar coragem para serem tomadas determinadas atitudes.

A Vereadora Filipa Almeida disse que no realojamento há possibilidades de algumas pessoas virem a adquirir as casas, no entanto o INH só o permite depois de haver um contrato de arrendamento com a Câmara.

Obra do Palacete dos Melos disse que há outras razões condicionantes para a obra começar como é o caso da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu e a Associação Portuguesa de Deficientes.

Solicitou a palavra o deputado Artur Pombeiro que disse que há que ter cuidado para onde vai ser transferida a Junta de Freguesia, pois ela é frequentada quase na sua totalidade por pessoas idosas. Pensa que a Câmara tem que começar a pensar em instalar a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu como instalou a da Matriz pois os Municípios da primeira têm os mesmos direitos.

Respondeu o Vereador Serra que a Câmara já pediu à Junta de Freguesia de S. Bartolomeu que procurasse um espaço e a Câmara tratará do resto. Até à data a Junta de Freguesia ainda não tinha encontrado espaço e como tal a Câmara não tem culpa.

No Palacete dos Melos a obra não é só a cobertura mas também a estrutura e a Empresa não quer intervir com serviços lá a funcionar.

O Deputado Artur disse que a Junta de Freguesia tem feito demarches no sentido de arranjar um espaço para a instalação daquela junta.

O Vereador Serra disse estar marcada para o início de Maio uma reunião com aquela Junta de freguesia para tratar deste assunto.

PONTO QUATRO: CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DO ANO DE 1999.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez uma breve introdução aos documentos em apreciação, dizendo que ficaram por realizar cerca de vinte e cinco por cento daquilo que eram os objectivos. Isto deveu-se, disse, às condições e contensões a que estiveram sujeitos ao longo do ano pois houve receitas que não conseguiram obter mais propriamente nas candidaturas ao II Q.C.A. que não foram todas concretizadas, no entanto houve algumas compensações em termos de receitas que ultrapassaram as previsões tanto no que diz respeito ao imposto de sisa, contribuição autarquia, bem como na venda de bens imóveis, pois o grosso da coluna está nos loteamentos municipais realizados. Realçou ainda o empenhamento que toda a massa humana da Câmara teve para se ter esta realização, bem como o parque de máquinas e também a opção da realização por administração directa com recurso a algumas adjudicações de empreitadas.

O deputado Joaquim Rézio disse que quando da discussão do orçamento e plano foi assinalada a falta de estratégia para assegurar o futuro e que mais uma vez a conta de gerência lhes vinha dar razão, continuando a crescer as despesas com pessoal sem que haja contrapartidas compensatórias. A taxa de execução está empolada pelas verbas da estrada 508, pois se esta fosse retirada visto ser uma obra intermunicipal, ficaríamos apenas com uma taxa de execução de quarenta e nove por cento o que considera pouco para aquilo que a Câmara se propôs.

Quanto ao endividamento disse que subiu bastante, desta forma os encargos passam a ser heranças para os executivos vindouros sejam eles quais forem..

Dívidas à Câmara que vêm desde mil novecentos e oitenta vêm afectar os resultados de maneira negativa pois nunca mais serão cobrados. Perguntou então o que pensa a Câmara fazer? Quanto ao relatório disse apenas estar muito sucinto e que deveria ser mais transparente.

Dada a palavra ao deputado Carlos Cabral disse que a conta de gerência de noventa e nove reflecte um ano difícil em endividamento pois atinge números preocupantes para o futuro. Depois de alguns comentários disse que se iria abster na votação do documento em causa.

Quanto ao relatório disse estar resumido demais e bastante confuso. Concluiu dizendo que olhando para o estado degradante dos arruamentos de Borba não compreende em relação a outros caminhos em que tanto dinheiro foi gasto.

A Deputada Maria João Lopes pediu esclarecimento quanto à rubrica do Gabinete de Planeamento e Apoio ao Desenvolvimento Local se houve estágios, e se este Gabinete ainda existe.

O deputado Diogo Sapatinha pediu esclarecimento na rubrica instalação de serviços-outros, perguntou quais os serviços incluídos nesta rubrica.

O Deputado Artur Pombeiro perguntou, uma vez que há tantas habitações no centro da vila bastante degradadas, se não há projectos apresentados ao programa Recria ou se há, mas não reúnem as condições para que possam ser contemplados.

O Sr. Presidente da Câmara quanto às dívidas à Câmara disse que cerca de dezoito mil contos são recentes e cobráveis, pois grande parte são de câmaras. Quanto a outras dizem respeito a empresas que abriram falência como é o caso da OCA e Constrévora cujos processos se encontram em tribunal. As restantes têm que ver com facturas emitidas pela Câmara que ainda não foram recebidas e que algumas delas poderão nunca vir a ser, no entanto, a Câmara sempre que tem oportunidade e sempre que tem algum processo em curso com essas entidades devedoras procura sempre acertar as contas.---Despesas com pessoal disse que desceram em relação a outros exercícios, pois é o primeiro exercício em que as receitas correntes são superiores às despesas correntes.

Quanto ao endividamento a Autarquia tem uma posição invejável pois estão apenas trinta por cento preenchidos a Autarquia pode contrair ainda muitos encargos, no entanto disse, não é essa a intenção pois não querem comprometer o futuro até porque pensa que o futuro lhes pertence. Acrescentou ainda que se tiver em conta os bens adquiridos com os compromissos assumidos a câmara está em boas condições. Quanto ao GADE disse haver despesas com estagiários, com técnicos, funcionários e também com deslocações pois há formação também naquela área.

Referindo-se à rubrica instalação de serviços-outros disse dizerem respeito a despesas com o hospício e com a instalação da Junta de Freguesia Matriz.

Candidaturas RECRIA o programa tem sido divulgado e apoiado pelos serviços técnicos da Câmara, no entanto, a expectativa é maior que o próprio apoio que é concedido aos seus aderentes e daí não conduzir à concretização do projecto.

Dada a palavra ao Vereador Serra disse que quanto à percentagem de execução deve-se à estrada 508 no entanto ela estava no orçamento e no plano de actividades como tal, disse, que se devem congratular com a demonstração dos resultados pois efectivamente as receitas correntes foram superiores às despesas correntes o que não é usual, devido à sisa, aos impostos indirectos, contribuição autárquica, etc. Nas despesas com o pessoal houve melhorias. A Câmara vai tendo um quadro de pessoal que vai respondendo aos desafios libertando também a Câmara do recurso aos serviços exteriores.

O deputado Joaquim Rézio comentou ainda as intervenções tanto do Sr. Presidente da Câmara como do Vereador Serra no que diz respeito ao endividamento e ao financiamento dos projectos, concluindo dizendo, se para umas coisas a Câmara, como foi afirmado, está em boa situação económica e financeira não se percebe como não há dinheiro para ajudar uma Junta de Freguesia ou tratar dos arruamentos. Disse que como sempre, foi opositor à forma como a festa da vinha e do vinho tem vindo a ser feita pois são valores demasiadamente elevados. Perguntou quanto é que a Câmara desembolsou efectivamente para esta festa que para ele lhe deixa dúvidas sobre as vantagens que a mesma trás para Borba.

Dada a palavra ao deputado Diogo Sapatinha perguntou quais os serviços que vão ser instalados no hospício.

O deputado Moura Lopes disse que a Câmara tem estado a seguir a estratégia não do PSD nem do PS mas sim a estratégia apresentada ao eleitorado pela CDU que com os escassos meios ao seu dispor têm sido bem geridos e de uma forma equilibrada. Pensa que a fixação de indústrias no concelho também está a ser feita.

Dada a palavra ao deputado Joaquim Manguinhas e dirigindo-se ao deputado Rézio disse que entende o motivo pelo qual aquele membro não percebe os benefícios que a festa trás para o concelho de Borba uma

vez que ele nunca lá foi. No entanto acrescentou as pessoas tanto de Borba como os visitantes apreciam-na e mesmo as actividades económicas têm tido uma grande ajuda deste grande implemento da Câmara.

O deputado Carlos Cabral perguntou quantos postos de trabalho foram criados na Zona Industrial da Cruz de Cristo.

O deputado Joaquim Rézio disse que sem querer entrar em polémica o deputado Moura Lopes tem que perceber que estamos em democracia e isso não lhe dá o direito de a oposição não fazer críticas sobre o aspecto político. Quanto à intervenção do deputado Joaquim Miguel disse ser curioso que este membro da Assembleia saiba que nunca veio à festa da vinha e do vinho em Borba, pois não sabia que tinha polícias a vigiá-lo. Disse apoiar todas as actividades culturais que sejam para bem de Borba.

Dada a palavra ao deputado Moura Lopes disse que foram criadas condições objectivas para os empresários do concelho terem melhores condições de trabalho e alargar a sua actividade criando mais postos de trabalho.

Em relação ao deputado Rézio disse que críticas sim, falta de estratégia não, pois ela existe.

O deputado Artur Pombeiro fez referência, ao contrário do que disse o deputado Moura Lopes, disse que há empresas de cantaria, fábrica de mel, que se instalaram noutros concelhos por não terem no nosso concelho nem condições nem disponibilidades para tal.

O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que se estava a discutir a conta de gerência e que se estava a fugir ao assunto, como tal deveria ser retomado.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara respondeu em relação às contas da festa da vinha e do vinho que de uma vez por todas deverão ser apresentadas ao membros da Assembleia Municipal, no entanto acrescentou que este projecto terá de ser acarinhado por Borba, pois trata-se de um projecto importante com muitos aderentes regionais e locais.

Quanto à Zona Industrial disse que o GADE está em condições de fornecer um apanhado da forma de evolução e instalação das empresas. A questão do hospício disse não estar prevista por enquanto a instalação de serviços.

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Assembleia pôs os documentos à votação, em separado. Assim a conta de gerência foi aprovada por maioria com sete votos a favor e oito abstenções; o relatório foi aprovado por maioria com sete votos a favor e oito abstenções.

PONTO CINCO: DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DA CHEFIA DE DIVISÃO.

A Vereadora Filipa esclareceu que tal como o documento de apoio esclarece e a Lei contempla que foi criada pelo Governo para os dirigentes dos Serviços da Administração Central e Local uma verba para despesas de representação, no entanto enquanto que na Administração Central o problema ficou logo resolvido, na Administração Local terá de ser a Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara para a concessão desse abono à Chefe de divisão Administrativa e Financeira.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia pôs este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO SEIS: NOVO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que tal como tinha ficado combinado na última Assembleia Municipal, ficou a aguardar propostas relativas ao novo Regimento que alterassem a que foi distribuída pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Deu conhecimento que nenhum grupo de eleitos apresentou propostas de alteração, por isso propôs fazer uma reunião entre os líderes das três forças políticas representativas na Assembleia Municipal e considerando que o projecto do Regimento da ANMP se refere à gestão de tempos, alvitrou que este ponto passasse para a ordem de trabalhos da

próxima Assembleia Municipal pedindo que fossem apresentadas propostas no sentido deste assunto ficar resolvido rapidamente.

Aceite a proposta, este assunto ficara agendado para a próxima Assembleia Municipal.

No período de intervenção do público - Sr. Edgar Secretário da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos deu os parabéns ao Sr. Moura Lopes pois pareceu-lhe que ele estava ali a representar a câmara. Fez também comentários acerca da intervenção da Vereadora Filipa.

José Inácio comentou acerca da Festa da Vinha e do Vinho, das indústrias e do ambiente lembrando se a questão da pedreira junto ao loteamento do Barro Branco não será uma questão ambiental e ecológica? Da fossa céptica a céu aberto pertencente a uma fábrica de transformação sita no Barro Branco com produtos tóxicos a serem libertados.

O Sr. Presidente da Câmara disse que estes assuntos têm vindo a ser tratados com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. As licenças das pedreiras não são passadas pelas Câmaras, que a pedreira não tem área para ser licenciada, a localização não está à distância regulamentar, sendo portanto processos que se encontram em curso com as entidades envolvidas. Quanto à fossa no que diz respeito à fiscalização é com a Câmara, no entanto sabe que a empresa já foi multada pelo Ministério do Ambiente, é um processo que está em curso e que está a ser tratado, pois são assuntos que não pode ser só a Câmara a tratá-los mas que são urgentes a sua solução.

De acordo com a Lei n° 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 3, o Presidente da Assembleia Municipal leu a minuta da acta a aprovar. Colocando-a seguidamente à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal deu então por encerrada a sessão da qual foi lavrada acta que será enviada aos membros desta Assembleia com vista à sua aprovação na próxima sessão.

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTA ACTA:

- Justificação da falta do deputado Joaquim Manuel Cardoso.
- Moção do deputado Artur Pombeiro
- Moção da CDU
- Moção da CDU
- Moção da CDU
- Documentos de apoio enviados pela câmara Municipal
- Relatório de actividades da Câmara Municipal
- Minuta desta acta